



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Alfredo Pinto da Silva

José Gonçalves Sapinho

Maria José Paulo Sampalo

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

No início da apreciação do Programa do IV Governo Constitucional, usaram da palavra o Sr. Primeiro-Ministro (Mota Pinto), que fez uma declaração introdutória e integradora do Programa, e, para formular perguntas, os Srs. Deputados Adácio Barreiros (UDP), Vital Moreira (PCP), Rui Pena (CDS), Magalhães Mota (PSD) e José Luís Nunes (PS). No fim, o Sr. Primeiro-Ministro respondeu às questões postas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
Alberto Marques Antunes.
Alfredo Pinto da Silva.
Álvaro Monteiro.
Amadeu da Silva Cruz.
António Barros dos Santos.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.
António Duarte Arnaut.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Pinheiro da Silva.
António José Sanches Esteves.
António Manuel Maldonado Gonelha.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz Almeida Cal Brandão.

Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
Dieter Dellinger.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco Igrejas Caeiro.
Herculano Rodrigues Pires.
João Alfredo Félix Vieira Lima.
João Joaquim Gomes.
Joaquim José Catanho de Meneses.
Joaquim Manuel Barros de Sousa.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José dos Santos Francisco Vidal.
José Ferreira Dionísio.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Maria Parente Mendes Godinho.
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Ludovina das Dores Rosado.
Luís Abílio da Conceição Cacito.
Manuel Branco Ferreira Lima.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Francisco Costa.
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.

Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Gonçalves.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José da Costa.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.

António Jacinto Martins Canaverde.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Francisco Miguel Duarte.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 173 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para apresentar o Programa do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Vou proferir uma curta declaração inicial nesta série de sessões em que será apreciado o Programa do Governo. Declaração integradora e complementar do Programa escrito que na passada quinta-feira, em acto oficial, entreguei ao Sr. Presidente da Assembleia da República e que desde essa data ficou à disposição dos Srs. Deputados. Igualmente integradoras e complementares do Programa escrito serão as intervenções que, no decurso do debate, os restantes membros do Governo farão perante o Plenário da Assembleia da República.

Tenho uma grande honra em praticar este acto perante a Assembleia dos representantes eleitos do povo português.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Indigitado pelo Sr. Presidente da República para formar Governo, procedi à constituição do respectivo elenco governativo. Em 22 de Novembro empossou o Sr. Presidente da República os Ministros, e em 29 de Novembro os Secretários e Subsecretários de Estado, constantes das propostas de nomeação que lhe fiz e que S. Ex.^a sancionou.

Ficou o Governo, desde logo, através desta manifestação de positiva confiança por parte de quem disfruta de directa e universal legitimidade democrática, investido na plenitude da competência própria dos Governos da República e dotado, assim, de legitimidade constitucional.

Ao ter a subida honra de proferir, perante a Assembleia da República — Órgão de Soberania com perfeita legitimidade democrática —, esta declaração inaugural da apreciação do Programa do Governo, viso obter a permissão indispensável para o prosseguimento da vigência do mesmo na plenitude da sua competência, até ao termo da presente legislatura.

A discussão desse Programa e a sua eventual rejeição ou não rejeição decorrerão nos próximos dias sob a atenção vigilante do País, que anseia pela estabilidade e continuidade governativas, necessárias ao ataque eficaz dos males que o affigem. O Governo orê que tal discussão se processará na franqueza e lealdade que os Órgãos de Soberania reciprocamente se devem, na convicção de que a mesma visará apenas a elucidação serena das questões a debater, tudo no interesse do País, eventualmente, mesmo, com sacrifício de interesses parcelares.

E acredita que assim seja, antes do mais, pelo interesse de um país que a todos nos enlaça por um substrato cultural comum, por tradições comuns, por uma história comum, por um destino colectivo comum — país que todos devemos continuar.

Mas acredita, também, que assim seja pela necessidade de fortalecer o regime democrático, no que ele encerra de respeito pela pessoa humana, na sua dimensão individual e social, no que ele possibilita de coexistência de todos, no que ele anuncia de justiça

social, concebida não como bandeira de agitação conducente ao domínio de novas ou velhas oligarquias, mas como imperativo ético de fraternidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Merecem destaque, neste momento, quatro aspectos atinentes à constituição do Governo e à sua circunstância.

Eis o primeiro. Este Governo, surgido num período em que, a adicionar à crise económica e social, se mantinha uma crise institucional, gerada unicamente por indesejáveis distanciamentos partidários, entendeu não dever reeditar fórmulas de coligação disfarçada que a ninguém — nem aos partidos, nem à democracia, nem ao próprio País — favoreceriam.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso foi constituído por personalidades desvinculadas de partidos políticos (com excepção de uns poucos cargos de natureza marcadamente executiva e subordinada à orientação política do Conselho de Ministros e do Primeiro-Ministro), personalidades que se prontificaram a prestar, através da sua elevada qualificação técnica, um relevante serviço à democracia.

Eis o segundo. Se este Governo se propõe uma actuação presumível até 1980 e não apenas até à realização, aliás hipotética, de eleições intermédias, entende, todavia, que a preparação e o aprontamento dos mecanismos eleitorais é um compromisso do seu Programa e uma norma da sua actividade, para não privar a ordem democrática de instrumentos essenciais ao seu funcionamento pleno.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Eis o terceiro. O Governo manifesta, solenemente, uma firme vontade de cooperação leal e fecunda, nos termos constitucionais, com os demais Órgãos de Soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e tribunais. E nesta vontade de cooperação, ao serviço da unidade nacional, da democracia e dos legítimos interesses da população, estão também enlaçadas as instituições automáticas do poder regional e os órgãos do poder local.

Eis o quarto. Foi preocupação presente na formação do Governo a inclusão, no seu elenco, de personalidades inseridas em meios sócio-profissionais de variados pontos do território português. Assim se espera, ao nível do Executivo, uma maior aproximação entre o conteúdo da prática governamental e as concepções, anseios e práticas do todo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta mesma Sala, em 1975, durante um período dramático da nossa vida colectiva — período que alguns, pelo seu triunfalismo, parecem já esquecer, período que outros, ingenuamente, parecem apagar —, quando todas as leis democráticas, quando todos os partidos democráticos, quando todas as instituições democráticas sofriam um cerco que se afigurava mortal, tive o privilégio de combater o totalitarismo, alheio a preocupações sectárias, visando encurtar distâncias entre todos os que podiam convergir na defesa da liberdade.

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do CDS.

Hoje, na mesma Sala, embora noutra bancada, presidindo a um Governo cuja orientação e responsabilidade política, nos termos constitucionais, me competem, ousou advogar, com o mesmo espírito e idêntico propósito, a necessidade de fortalecer a democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que a análise lúcida da situação económica marcada por elevados *deficits* da balança de pagamentos e do Orçamento Geral do Estado, por elevados saldos negativos de grandes empresas do sector público, por insuficientes condições para o investimento privado, interno e externo, por uma forte inflação, por um preocupante número de desempregados, por uma situação cambial equilibrada graças ao crédito externo, força-nos a convir ser frágil o suporte material da democracia.

E se a isto acrescentarmos a persistência de uma campanha de agitação, quer veiculada pela reivindicação impossível de satisfazer, quer pela morbidez de um saudosismo doentio de uma era que irreversivelmente findou, e a própria confusão ideológica e verbalista em que, a nosso ver, a democracia se tem deixado enleiar, fácil será reconhecer quão perigoso é o desencanto que vai invadindo o povo português, tão disponível para abraçar e sustentar o regime idealizado pelo 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Regime idealizado pelo 25 de Abril e quase comprometido pela perversão totalitária que, desde cedo, o seguiu.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, na perspectiva do Governo, o fortalecimento do regime democrático tem de ser prosseguido consequentemente e sem demora. E sê-lo-á, robustecendo as instituições e o Estado democrático, não tergiversando na aplicação das suas leis, disciplinando o trabalho, reduzindo os *deficits* orçamentais, melhorando as condições para o investimento privado e para a eficácia e credibilidade do sector público, corrigindo a situação de injustiça relativa em que se encontram certos grupos da sociedade portuguesa, reforçando uma acção de persistente elucidação ideológica do que é e não é a própria regra de conduta democrática e respondendo, sem receios e com firmeza, a todos os que a desafiem, venham donde vierem.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador: — É, pois, a nosso ver, pelos caminhos do realismo, do equilíbrio, da justa medida, que podemos enfrentar os desafios da hora presente. É com esse espírito, no respeito pela Constituição e pelas leis, que podemos almejar o reforço da consciência de identidade nacional, o desenvolvimento integral da personalidade dos Portugueses, mediante formas de uma liberdade mais plena e responsável, apontada também para uma verdadeira democracia económica, o desenvolvimento material e a qualidade de vida, a realização, gradual e efectiva, da justiça social.

E como a ética tem de presidir à apreciação das condutas humanas, não queremos, porque não devemos, com o exposto, ignorar tudo o que de positivo foi realizado pelos Governos Constitucionais antecedentes. Somente nos parece que tudo foi ainda insuficiente, dado, entre outras coisas, o estado de desmantelamento em que encontraram o País.

Não rejeitado o Programa no termo deste debate parlamentar, o Governo interpretará a sua vigência como assente numa base de consenso, ao menos tácito, ainda que com diversas motivações. E esta ideia de consenso animará a sua actividade futura, quer aceitando — como é seu dever constitucional — os mecanismos de fiscalização e censura desta Assembleia, quer não renunciando a ajuizar da oportunidade da apresentação de uma moção de confiança, quer considerando as consequências que, por coerência elementar, para ele podem advir de modificações legislativas introduzidas pelo Parlamento.

Por tudo, o Governo aguarda com a tranquilidade de quem não ambiciona o Poder, mas de quem se não exime ao cumprimento de um dever, a decisão da Assembleia da República; visa realizar, assente numa plataforma dos democratas, uma política que considera servir os altos interesses da Pátria e da democracia — e na sua realização nada nem ninguém o fará vacilar, se da Assembleia lhe advier o resultado da não rejeição do seu Programa.

O debate parlamentar, que hoje se inicia, contribuirá, também, e nisso queremos participar, para a dignificação dos partidos políticos democráticos.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador: — VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados, ajuizarão de nós.

O País de todos ajuizará.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos suspender a sessão por um período de meia hora.

Eram 15 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento ao Governo, concedo a palavra aos Srs. Deputados independentes.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que não falo em nome de todos os Deputados independentes, mas somente em meu nome e no dos Srs. Deputados Vital Rodrigues e Brás Pinto.

Pela nossa parte, prescindimos dos dois minutos que tinham sido concedidos a cada um de nós.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, concedo a palavra ao Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É algo embaraçosa a posição de vir fazer perguntas sobre a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, porquanto essa intervenção foi extrema-

mente curta e praticamente em nada se referiu ao Programa do Governo. Aliás, embaraçosa é também, em certa medida, a situação desta Assembleia, que, três meses após ter rejeitado o Programa do Sr. Engenheiro Nobre da Costa, tem agora diante de si um Governo com o mesmo Programa, cujos membros se reclamam igualmente de serem independentes, cujos membros, tal como acontecia no Governo do engenheiro Nobre da Costa, se são conhecidos, são-no pela sua ligação ao grande capital, tendo alguns deles ocupado postos de alguma responsabilidade antes do 25 de Abril, e pelas posições assumidas contra as conquistas dos trabalhadores e do 25 de Abril.

Trata-se, pois, do mesmo Programa e de uma mesma fórmula governativa, indo assim esta Assembleia repetir a mesma discussão e até, possivelmente, fazer os mesmo discursos de há três meses.

Realmente, o primeiro problema que temos à consideração desta Assembleia é exactamente o seguinte: como é que chegámos à situação de, três meses depois de esta Assembleia ter rejeitado claramente um Governo proposto pelo Sr. Presidente da República, surge novamente um Governo na base do mesmo Programa e com uma composição idêntica ou mesmo pior, e igualmente proposto pelo Sr. Presidente da República. Aliás, se alguma coisa haveria a elogiar na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, seria precisamente o seu realismo, uma vez que falou apenas dez minutos, possivelmente para não repetir o discurso do Sr. Engenheiro Nobre da Costa, há três meses. Mas entretanto, ao que parece, terão mudado as posições dos partidos políticos. Assim, o PPD/PSD — que continua a dizer que a única atitude de coragem é a antecipação das eleições gerais e que não há solução sem tal antecipação — tinha, como todos vêem claramente, uma maneira fácil de provocar essa antecipação de eleições gerais, e que era rejeitar este Governo. No entanto, pelo contrário, cobro-o de elogios e pretende-se opor à sua rejeição, opondo-se assim à antecipação de eleições gerais antecipadas, o que aliás se compreende, na medida em que neste Governo, tal como acontecia no Governo anterior, o PPD detém larga influência, tendo alguns «independentes», isto é, membros deste Governo, sido eleitos por listas do PPD, como é o caso do próprio Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Dr. Álvaro Monjardino.

Quanto ao CDS, que se opôs ao anterior Governo por o considerar com pouca alma, defende agora este com unhas e dentes, o que demonstra que os governos não são tão independentes como se julga, resultando, muito pelo contrário, sobretudo dos jogos de corredor, porque, se assim não fosse, não se compreenderia que o mesmo CDS, que há três meses se opunha a um governo de independentes, venha agora apoiar este Governo com programa igual ao anterior e também de independentes.

Quanto ao Partido Socialista, ele estará diante de todo o País para demonstrar se na verdade há três meses, a propósito do artigo 190.º da Constituição, ao opor-se ao Governo Nobre da Costa o fez por mera formalidade ou se quer assumir inteiramente o que então disse, isto é, que governos desse tipo são claramente uma manobra da direita. Esperamos que a coerência se mantenha e portanto o PS igualmente se oponha a este Governo.

Fazer perguntas ao Governo é, como disse, uma situação algo embaraçosa, na medida em que, embora o Programa deste Governo seja mais curto, nem por isso é mais preciso. Antes pelo contrário, ficou mais curto para se tornar mais confuso e mais impreciso.

Depois da governação do Sr. Engenheiro Nobre da Costa, que ainda por cima pouco caso fez de ter sido rejeitado o seu Programa e governou como se tivesse sido aprovado, as perguntas que poderíamos fazer a este Governo serão bem poucas.

Assim, gostaríamos que o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo esclarecessem o País de como é que com o mesmo Programa vão conseguir obter resultados diferentes.

Temos, por exemplo, que em matéria de desemprego todos os governos constitucionais prometeram que iriam acabar com ele ou iam pelo menos manter o nível de desemprego. No entanto o desemprego não deixou de crescer, atingindo hoje meio milhão de portugueses e tendendo ainda a aumentar. Assim, como é que, com o mesmo Programa, vão conseguir fazer com que o desemprego não aumente? Que expliquem isto ao País os membros do Governo.

Em matéria de inflação, todos os anteriores governos constitucionais disseram que a iriam combater, a iriam diminuir. Por exemplo, o II Governo Constitucional chegou mesmo a dizer que a iriam manter pelo menos nos 20%; no entanto, pelos números oficiais, que toda a gente sabe que são muito mais baixos do que os números reais, em 1975 aumentou 16%; em 1976, 20%; em 1977, 25%; e este ano irá aumentar ainda mais, já que se trata do mesmo programa de Governo e não irá haver uma política diferente no campo da inflação.

Em matéria de combate dos *deficits* orçamentais, todos os anteriores governos, por imposição do Fundo Monetário Internacional, têm feito cortes nas despesas do Estado que se destinem, sobretudo, àqueles rubricas que têm que ver com a situação dos trabalhadores, cuja melhoria é posta em causa por esses cortes. Por exemplo, o anterior Governo, que é tão elogiado pelo Sr. Primeiro-Ministro Mota Pinto, foi buscar, com aquele fim, 2 milhões de contos ao Fundo de Fomento da Habitação. E assim, num país em que há falta de 500 000 fogos para habitação, agravou-se esta situação, ficando seriamente comprometida, pelo menos, a conclusão, no próximo ano, das obras que já tinham sido iniciadas, isto no dizer dos próprios responsáveis do Fundo de Fomento da Habitação. Estes 2 milhões de contos foram assim retirados deste organismo, mas soubemos pelo secretário-geral da NATO, aquando da recente Assembleia Geral desta Organização, que Portugal decidiu comprar mais vinte caças bombardeiros para a Força Aérea. Isto é, dos 6 milhões de contos que eram destinados ao Fundo de Fomento da Habitação foram aí buscar-se 2 milhões com o intuito de se reduzirem as despesas, mas com as forças armadas estão a gastar-se 30 milhões de contos. Espero que este Governo, agora que mudou o Ministro da Defesa, explique ao País quanto é que se gasta na NATO, a quanto montam os compromissos portugueses na NATO, para não se andar a dizer que é preciso austeridade para ao fim e ao cabo se não reduzirem as despesas que são necessárias ao povo e se andar a preparar um exército para os americanos e para os alemães.

Mas, quanto a salários, o Sr. Primeiro-Ministro Mota Pinto, com o mesmo programa de Governo, o que é que vai fazer? Exactamente a mesma coisa, pois já vai dizendo que é preciso trabalhar mais, que é preciso combater as reivindicações irrealistas e que a produtividade tem de crescer. Mas afinal será porque as reivindicações dos trabalhadores são irrealistas e porque tem havido muitos aumentos de salários que o custo de vida está onde está? Em 1976, a produtividade aumentou 5 % e a diminuição de salários reais foi de 6 %; em 1977, a produtividade aumentou 12 % e a diminuição dos salários reais foi de 12 %; em 1978, a produtividade aumentou 9 % e os salários reais decresceram 3 %. Isto é, num período de quase dois anos e meio a produtividade aumentou 26 % e os salários reais diminuíram 21 %, estando estes a um nível abaixo de 1968.

Mas alguma coisa cresceu neste país: foram os depósitos a prazo. Estes cresceram, no 1.º trimestre de 1975, 178 milhões de contos, tendo subido, no 1.º trimestre de 1978, para 358 milhões de contos. Portanto, só na primeira metade de 1978 os depósitos a prazo e com pré-aviso aumentaram 40 % em relação a igual período do ano passado.

Assim, com um mesmo programa de Governo, com um Governo inspirado na mesma filosofia e na mesma natureza, é de esperar obviamente que os salários reais continuem a diminuir e a produtividade a aumentar.

Quanto à Reforma Agrária, sabendo nós que cada português já deve mais de 30 contos às potências estrangeiras e sabendo o peso que têm na nossa dívida externa as despesas com a importação de bens alimentares, em plena campanha de sementeiras o anterior Governo lançou um feroz ataque, de uma violência verdadeiramente desumana, sobre os trabalhadores alentejanos. Sobre isso não há perguntas a fazer a este Governo, porque, além de manter o mesmo programa, mantém a mesma equipa ministerial e o mesmo monárquico Secretário de Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo também se reclama da aplicação das leis, mas nem uma só palavra foi dita sobre a lei que proíbe as organizações fascistas. Aliás, vemos que todo o potencial policial da GNR se abate sobre os trabalhadores alentejanos e impune no Norte grupos fascistas atacam sedes de partidos perante a passividade da polícia, porque aí já não há polícia. Ou melhor, há, mas não actua. Sobre isto nada disse o Sr. Primeiro-Ministro, mas no entanto continuaremos a exigir a aplicação dessa lei que proíbe as organizações fascistas. Podia o Sr. Primeiro-Ministro ter dito alguma coisa em relação aos grupos fascistas que promoveram a manifestação em Lisboa no 1.º de Dezembro e em relação às forças fascistas separatistas nas ilhas, podia ter dito alguma coisa em relação à tentativa de legalização, por um antigo criminoso de guerra, de um partido ou grupo que dá pelo nome de MIRN, mas sobre isto nada foi dito, pois apenas se quer manter a mesma política de agressão a quem trabalha, isto é, de agressão àqueles que, ao fim e ao cabo, produzem o pão que comemos.

Em relação à política externa, há uma pergunta que gostaríamos de pôr, e referente ao problema de Timor-Leste. É um problema que está em discussão nas Nações Unidas, onde Portugal tomou uma posição, podemos dizer, grotesca, afirmando que a sua posição é a de continuar a ser uma potência adminis-

trante. Isto é, em relação a uma antiga colónia portuguesa, que tem um governo legítimo e reconhecido por quase todos os países progressistas do mundo e que está invadido pelos imperialistas da Indonésia, o Governo vai às Nações Unidas dizer que o seu estatuto é de potência administrante. Gostava de saber o que é que o Governo pensa sobre este problema, agora que Portugal tem responsabilidades acrescidas com o facto de ser membro do Conselho de Segurança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficam aqui estas questões, que na verdade contêm já em si as respectivas respostas. Com um mesmo programa, com uma composição até mais reacção — como disse o Dr. Mário Soares, «o Governo mais reacção desde o 25 de Abril» —, ...

Risos.

O Sr. Mário Soares (PS): — Eu disse conservador, não disse reacçãoário.

O Orador: — ... a única atitude patriótica, a única atitude que pode corresponder aos interesses do País, no entender da UDP, é rejeitar claramente este Governo, pelo que a UDP votará favoravelmente todas as moções de rejeição que aqui forem apresentadas.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado representante do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP não aceita este Governo e vai apresentar uma moção de rejeição do seu Programa, para o fazer demitir.

Não poderia ser outra a posição do PCP. Não apoiámos a indigitação do Primeiro-Ministro. Manifestámos profundas reservas em relação à fórmula governamental adoptada. Considerámos inaceitável a composição, claramente de direita, do Governo. Qualificámos de extremamente negativas as ideias programáticas enunciadas em declarações do Primeiro-Ministro nomeado, designadamente no discurso de tomada de posse. Tudo isto impunha que não aguardássemos a apresentação do Programa do Governo para manifestar claramente a nossa posição.

Em primeiro lugar, este Governo não se coaduna integralmente com o sistema constitucional. Entendemos que um governo extraparlamentar e extrapartidário só poderia admitir-se a título provisório, transitório e precário. Ora, este Governo apresenta-se sem qualquer carácter temporário ou transitório, como se de um governo normal se tratasse.

Em segundo lugar, trata-se, inequivocamente, de um governo de direita, indubitavelmente o mais à direita desde o 25 de Abril, recheado de personalidades conhecidas pelas suas posições reacçãoárias (e, de entre estas, algumas que ocupavam posições de responsabilidade no regime fascista) e ligadas ao grande capital, ao imperialismo e aos partidos de direita parlamentar e extraparlamentar.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Apresentando-se como governo de independentes, é na realidade um governo identificado com o PPD e com os seus neo-apêndices, o CDS e o PPM.

Aplausos do PCP e risos do PSD.

Em terceiro lugar é um governo empenhado em prosseguir e acentuar a política de restauração capitalista à custa das transformações económicas e sociais do 25 de Abril, de recuperação dos privilégios do grande capital à custa dos direitos e interesses dos trabalhadores, de restabelecimento de ideias e valores alheios ao 25 de Abril. Enfim: é um governo que afronta directamente o sistema democrático, que se apoia em forças minoritárias e visa objectivos políticos derrotados pelo voto popular. Não goza do apoio das forças políticas que são maioritárias na Assembleia da República e fora dela. É um governo que está em contradição com a Assembleia e com o País.

Por isso mesmo, este Governo é, em si mesmo, perturbador do sistema constitucional e da própria estabilidade democrática.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Por algo menos o III Governo foi rejeitado por esta Assembleia; por maioria de razão, o IV Governo não poderá ter sorte diversa.

Aplausos do PCP.

Ao manifestar claramente a sua firme oposição a este Governo, o PCP assume com determinação as suas responsabilidades perante o povo e o País.

Entretanto, o facto de a nossa posição estar claramente definida, não nos dispensa nem de expormos e provarmos as nossas razões, nem de procurarmos obter do Governo resposta para questões cuja clarificação temos por essencial.

É o que passo a fazer.

Sr. Primeiro-Ministro nomeado: A primeira pergunta que surge aos Portugueses perante este Governo é a seguinte: qual o sentido deste Governo?

O que significa este Governo?

Pela sua natureza, pela sua composição, pelo seu Programa, este Governo surge à revelia e em oposição ao sentir político do País, aos partidos que constituem a maioria na Assembleia da República, às forças sociais que formam a maioria do País. Então não se torna claro, que votando o PCP e o PS em coerência com as suas posições políticas, este Governo não pode passar?!

Cumpre perguntar ainda: pretende este Governo afrontar, humilhar e amesquinhar a Assembleia da República, os partidos políticos que o repelem e que constituem a maioria parlamentar?

Pretende este Governo desencadear uma confrontação com as forças políticas maioritárias na sociedade portuguesa, com os sentimentos antifascistas da maioria do povo português?

Será que este Governo, numa insólita vocação suicidária, oriou todas as condições para se fazer derrotar na Assembleia?

Não compreende este Governo o que representa defraudar a expectativa do povo português ao cabo de mais de quatro meses de crise governamental, apresentando-se aqui com uma composição e um programa tão afrontosos da nossa realidade política que não pode deixar de ser pura e simplesmente rejeitado?

Sr. Primeiro-Ministro nomeado, a fórmula governamental que este Governo preenche — um governo extraparlamentar e extrapartidário — é obviamente uma das questões políticas mais importantes que ele

coloca. Mas o programa passa sobre esta questão como gato por brasas.

Importa, por isso, obter resposta às seguintes questões:

Considera que num Estado, de partidos, como é indubitavelmente o Estado Português, um governo extraparlamentar é uma fórmula consonante com a Constituição? Ou entende que uma tal fórmula só se justifica a título transitório e precário, enquanto se não puder recorrer a novas eleições? Nesse caso, pensa o Governo demitir-se logo que estejam prontos os mecanismos eleitorais, ou, pelo menos, apresentar uma moção de confiança à Assembleia da República (como se propunha o Governo Nobre da Costa no caso hipotético de vir a passar na Assembleia)?

Sr. Primeiro-Ministro nomeado, apresenta-se o Governo sob o rótulo de suprapartidário (ou extrapartidário) e independente.

Mas o Governo de V. Ex.^a tem a vantagem de não suscitar discussões quanto à sua natureza. Mesmo a direita fascista está de acordo em considerá-lo um governo de direita. E é certo que é o mais à direita desde o 25 de Abril. Recolhe o apoio dos partidos de direita, é combatido pelas forças de esquerda. Ocorre pois perguntar:

É ou não verdade que este Governo contém membros publicamente conhecidos como filiados do PPD, e inclusive mantém — numa aberração sem nome — um dirigente de um partido anti-republicano e sem representatividade parlamentar?!

Aplausos do PCP.

Como pode este Governo reclamar-se de independência e imparcialidade em relação aos grandes temas de conflito na sociedade portuguesa, quando um grande número dos seus membros são notoriamente identificados com uma das partes interessadas?!

Assim, por exemplo:

Como pode a equipa de economia e finanças defender o sector público e as empresas nacionalizadas e tratar adequadamente o problema das indemnizações, se a maior parte dos seus membros estão publicamente ligados ao grande capital privado?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Como poderia alguma vez a equipa de agricultura e pescas defender a Reforma Agrária, se muitos dos seus membros são publicamente alinhados pelas posições da CAP e alguns deles têm mesmo interesse pessoal ou familiar na atribuição de reservas e na devolução de terras?!

Como poderia a equipa de trabalho defender os interesses dos trabalhadores perante o patronato, se o titular do Ministério vem da gestão do departamento de pessoal de uma empresa sob a perspectiva patronal?

Como poderia o Governo defender a imprensa nacionalizada e a isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação do Estado, quando o titular da pasta foi director de um jornal privado, propriedade da CIP, cargo em que manifestou posições extremamente desfavoráveis ao sector público da comunicação social?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não é verdade! Está a mentir!

O Orador: — Como pode o Governo dirigir razoavelmente as relações entre a República e as regiões autónomas se o presumível encarregado da matéria foi presidente de uma das assembleias regionais, porventura detentora do *record* nacional de decretos declarados inconstitucionais, e é público defensor de posições federalistas em matéria de autonomia regional?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ocorre, pois, perguntar: não será que na composição deste Governo houve excesso de zelo em resposta às preocupações do CDS, em tais termos que o Governo não só não contém ninguém à esquerda do PS como é difícil descobrir alguém à esquerda do PPD?

Sr. Primeiro-Ministro nomeado, no discurso de tomada de posse, V. Ex.^a produziu a seguinte afirmação: «Há razões para acreditar na capacidade do povo português para, numa grande tarefa colectiva [...], superar a crise.»

Também o PCP confia nisso e não se tem cansado de o repetir. Mas ocorre perguntar:

Supõe o Governo que, com esta composição e a política anunciada, é capaz de mobilizar esse esforço colectivo? Admite que o pode fazer sem o concurso dos partidos políticos democráticos e de esquerda, daqueles nos quais os trabalhadores e as massas populares confiam?

Imagina o Governo que pode mobilizar um grande esforço colectivo, alinhando as suas posições com as dos partidos da direita?

Supõe o Governo poder mobilizar um grande esforço colectivo para superar a crise persistindo na mesma política que a provocou?

Imagina poder mobilizar os trabalhadores continuando a entregar empresas ao patronato, terras aos latifundiários, a reprimir os trabalhadores, a reconstruir novos impérios financeiros à custa das empresas nacionalizadas?

Sr. Primeiro-Ministro nomeado, não foi sem surpresa que assistimos à definição da filosofia política deste Governo, primeiramente desenvolvida no discurso de tomada de posse e agora reproduzida na primeira parte do Programa do Governo. Na verdade, o grande objectivo político que este Governo se arroga, parece ser o de provar a compatibilidade entre o regime democrático e, por outro lado, a recuperação económica, a autoridade do Estado democrático e a promoção do sentimento nacional.

A nossa estranheza provém do seguinte: mas não é verdade que só a direita fascista põe naturalmente em dúvida tal compatibilidade e atira contra o regime democrático o falso paraíso do desenvolvimento económico de antes do 25 de Abril, a autoridade repressiva do estado fascista e o falso patriotismo do salazarismo.

Ocorre portanto perguntar:

Supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em causa o regime democrático?

Supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, esquecendo de combater as organizações fascistas e separatistas (que

nem sequer vêm referidas no Programa), de que tivemos cabal expressão na recente arruaça e nas depredações violentas causadas há dias no Porto?

Uma voz do PSD: — E em Évora?

O Orador: — Supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático quando, a pretexto do patriotismo, recupera o nacionalismo, ao mesmo tempo que defende uma política de crescente enfeudamento ao imperialismo, à NATO, ao FMI e às multinacionais?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ou quer o Governo fazer crer que combate o fascismo utilizando a sua linguagem, invocando os seus valores, propugnando a sua política, combatendo as forças mais consequentemente antifascistas e, sobretudo, calando a própria ameaça das forças fascistas?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro nomeado, o Governo propõe-se fazer respeitar a autoridade do Estado democrático e a realização do Estado de direito.

Mas não deixa de ser significativo a ênfase e a insistência do Programa do Governo em valores como os de «disciplina», «autoridade», «segurança», «ordem», «hierarquia», etc.

Dir-se-ia que a divisa fundamental deste Governo é a «lei e a ordem» típica de todos os regimes autoritários.

Este entendimento do Governo manifesta-se claramente na questão do cumprimento das leis. O Governo afirma enfaticamente que fará executar algumas leis, designadamente a negregada Lei Barreto.

Mas, ao invés, em vez de se propor executar outras, propõe-se alterá-las.

O Governo propõe-se, por exemplo, rever a Lei dos Despedimentos. Será porque ela desagrade à CIP e às multinacionais?

O Governo propõe-se fazer rever o Código de Investimentos Estrangeiros. Será porque ele ainda não agrada totalmente ao FMI e ao imperialismo?

Enfim: qual é o critério do Estado de direito do Governo?

Traduz-se em manter e fazer executar, por forma violenta, as leis contrárias aos interesses dos trabalhadores, e em alterar aquelas que ainda são contrárias aos interesses do capital?

Sr. Primeiro-Ministro nomeado, o Governo apresentou à Assembleia da República um documento que designou como Programa do Governo. A primeira dúvida é pois esta: considera o Governo que com este documento oferece à Assembleia da República condições para uma discussão séria dos projectos políticos do Governo?

Em todo o caso o documento é suficientemente explícito para não haver dúvidas de que ele está em consonância com a natureza e composição do Governo.

É um programa de direita, globalmente reaccionário, identificado com as propostas políticas do PPD

e do CDS embora não seja de excluir que estes partidos encontrem em alguma passagem suficiente pretexto para um distanciamento crítico, como convém a quem pretende ser governo sem desejar ter a sua responsabilidade.

Aplausos do PCP.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Isso é a técnica do PCP!

O Orador: — Vou tratar apenas de alguns dos pontos do Programa do Governo que obviamente serão objecto de desenvolvimento durante a discussão. Assim, por exemplo, em matéria económica, o Programa chora lágrimas de crocodilo pela inflação, pelo desemprego, pelo endividamento externo, pela falta de habitação, mas confessa que pouco ou nada pode fazer.

Mas então não seria essa uma forte razão para mudar de política económica, em vez de prosseguir a mesma?

Que é que o Governo inova? Que propostas novas apresenta para sair da crise?

Apenas três: favorecer o sector capitalista e o investimento estrangeiro, rever a legislação de trabalho e pôr o sector público ao serviço do sector privado. Consideramos manifestamente pouco para um programa que pretende fazer sair o País da crise.

Em matéria de reforma agrária, o Governo afirma que vai executar a legislação em «diálogo franco», prosseguir as expropriações, articular as demarcações de reservas com especiais medidas de apoio às propriedades colectivas.

Que significa isto? Que o Governo vai anular as reservas arbitrariamente atribuídas, acabar com a repressão no Alentejo, condicionar as reservas à viabilidade das cooperativas e unidades colectivas e à indemnização dos prejuízos a estas causados?

Significa isto uma inesperada autocritica do Ministério da Agricultura e Pescas ou trata-se apenas de palavreado para enganar ingénuos?

O Programa diz também que um dos objectivos gerais da política social é estruturar um Serviço Nacional de Saúde.

Que significa isto? O Governo refere-se ao Serviço Nacional de Saúde previsto na Constituição, público, geral, universal e gratuito, ou ao falso Serviço Nacional de Saúde do CDS e da Ordem dos Médicos, isto é, a nenhum?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro nomeado, uma última pergunta.

Como compatibiliza a composição e o Programa do Governo, que aqui nos traz, com o que estabelece o n.º 2 do artigo 185.º da Constituição?

Parece oportuno recordar o que essa norma constitucional estabelece:

O Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo.

São estes os objectivos votados pelo povo português ...

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e são estes os objectivos que o povo português continuará a votar, mas não são estes os objectivos que este Governo se propõe. Este Governo não serve, este Governo deve ser rejeitado.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado representante do CDS.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresenta-se perante a Assembleia da República o IV Governo Constitucional, presidido pelo Prof. Mota Pinto.

É um homem que esta Assembleia já conhece ...

Vozes do PCP: — E muito bem!

O Orador: — ... e que aqui, como expressamente referiu no seu discurso de introdução à apresentação do Programa do Governo, travou, em 1975, conjuntamente com muitos outros que aqui se encontram sentados, uma luta pela defesa da democracia contra o totalitarismo que se seguiu ao 25 de Abril.

Aplausos do CDS e do Deputado do PSD Costa Andrade.

Da nossa parte, desde já posso avançar, não inviabilizaremos o seu Governo.

Vozes do PCP: — É óbvio!

O Orador: — E porquê? Porque não apresenta os compromissos que apresentava o anterior Governo aqui rejeitado na Assembleia da República.

Com efeito, este Governo acha-se, quanto à sua composição, estritamente situado na área da maioria presidencial. Depois, o seu Programa reconhece, ele próprio, que não é solução normal em democracia a formação de um Governo de independentes. E por isso não nos aparece com a arrogância antipartidos, com a arrogância relativamente aos anteriores Governos Constitucionais, como é o caso do Governo que aqui foi rejeitado anteriormente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é de somenos importância. O País precisa de ser governado. Mais de quatro meses decorridos sobre a abertura da crise com a demissão do II Governo Constitucional, nós estamos carecidos de Governo. Por isso este Governo não pode ser rejeitado pela Assembleia da República. Da nossa parte não o faremos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Apesar disso, gostaríamos de obter alguns esclarecimentos do Sr. Primeiro-Ministro, sobretudo naquilo que nos parece ser a maior fragilidade do seu Governo.

Importa salientar, sopesando no seu todo a parte de diagnóstico, que este supera em muito a parte das

medidas concretas que se propõe realizar. Esse diagnóstico parece-nos perfeitamente correcto. Todavia a terapêutica não aparece devidamente especificada no respectivo Programa.

Estamos absolutamente convencidos de que isso não resulta da determinação do Governo nem dos Ministros responsáveis por cada sector. Houve, eventualmente, da parte deste Governo um certo pudor na clarificação das suas intenções, dessas intenções que o País deseja sejam verdadeiramente postas em prática e que todos nós necessitamos que o sejam o mais rapidamente possível. E, se realmente admitirmos esse pudor, suge-nos a dúvida de se, estando o Sr. Primeiro-Ministro consciente do estado do País, ele se sente com coragem de inverter, decididamente, o ciclo do empobrecimento para que fomos arrastados e em que estamos caídos há longos meses.

A principal questão que lhe pomos neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, é a questão do próprio apoio do Governo e da sua autoridade, essa naturalmente no sentido de poder dar cumprimento, de poder executar as suas próprias determinações.

Falámos, desde sempre, na necessidade e na extrema urgência da instalação no nosso país de um pacto institucional. Continuamos a considerar que esse pacto institucional é não só possível como verdadeiramente desejável.

Ora, eu gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se o consenso, ainda que tácito, de que falou no seu discurso de apresentação do Programa significa apenas o mero encurtamento das distâncias entre os partidos e a prática do diálogo entre os partidos, e com que partidos. Ou se efectivamente, no seu entender, significa mais alguma coisa, se significa um acordo político ou um fecho de acordos políticos entre os partidos aqui representados na área da maioria presidencial.

Por outro lado, gostaríamos de saber como vai ser o comportamento do seu Governo: se vai seguir o sistema, que foi praticado pelo I Governo Constitucional, das maiorias flutuantes ou se vai fazer, como determinação política prioritária da sua acção, a formação do referido acordo, de um verdadeiro pacto político que realmente lhe permita assegurar a efectivação das medidas que propõe.

Gostaria, a propósito, de lhe perguntar se o pacto social de que nos fala no Programa é possível sem que exista, antecipadamente, esse pacto político que há pouco referi. E mais: em que áreas parlamentares — volto a insistir — é que vai buscar esse apoio para estabelecer o tal consenso tácito de que nos falou?

Por outro lado, gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, se se sente com autoridade — naquele sentido que há pouco apontei — para impor as medidas de terapêutica necessárias. Todos nós sabemos que no nosso país temos necessidade de paz social e tranquilidade pública, temos necessidade de confiança nas nossas próprias possibilidades de País de oito séculos de história, livre e independente, temos necessidade do cumprimento efectivo das leis, temos necessidade do controlo urgente do alto custo de vida, temos necessidade da redução do endividamento externo, temos necessidade de acabar com o desemprego e, sobretudo, de possibilitar emprego àqueles milhares de jovens que pedem o primeiro emprego, temos necessidade de educação e de dar aos pais confiança nas nossas esco-

las, temos necessidade de saúde — e portanto nós advogamos a existência de um Serviço Nacional de Saúde que seja eficaz e, simultaneamente, realista ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ..., que não prejudique a medicina privada ...

Risos do PS e do PCP.

O Sr. António Arnaut (PS): — Que vergonha!

O Orador: — ..., um Serviço Nacional de Saúde que seja verdadeiramente humano, como o que defendemos.

Nós temos necessidade de habitação e não podemos permitir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que continuem a existir casas por arrendar aos milhares e haja milhões de pessoas em busca de casa.

Necessitamos de um sistema de segurança social que proteja os mais desfavorecidos, a terceira idade e os desalojados.

Sr. Primeiro-Ministro, eu pergunto se V. Ex.^a e o seu Governo se sentem, sem o apoio parlamentar, sem o apoio do pacto institucional que referi, capazes de levar a cabo com autoridade as medidas que preconizam nestes diversos sectores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostava também de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, relativamente à política de desenvolvimento que advoga — e devo declarar que o CDS sempre foi favorável a um relativo desenvolvimento —, como é que a coordena — pelo menos não aparece referido no Programa — com a necessária política de equilíbrio orçamental que tem vindo a ser prosseguida.

Relativamente à tónica que referiu, e com a qual concordamos, do reforço da consciência e da identidade nacionais, gostaria de saber como é que V. Ex.^a pretende levá-la a cabo dentro do estado em que se encontra o nosso sistema e a nossa estrutura educacional.

Quanto ao reforço da iniciativa privada — tónica que tem sido desde sempre a nossa e pela qual nos temos vangloriado aqui nesta Câmara de sermos o único partido que não é socialista e que defende a iniciativa privada —, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, concordando com o reforço dessa iniciativa privada, quais as ilações concretas que retira desse esforço ou se é apenas, no Programa do Governo, uma mera boa intenção.

Concretamente, como é que resolve o problema da iniciativa privada e do necessário incremento da mesma iniciativa privada relativamente ao actual sistema de crédito, à prática do crédito, às taxas de juro elevadas e, em suma, a toda a injustiça tributária que é conhecida e que desde sempre temos denunciado?

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal não está, infelizmente, em condições de perder meses após meses a discutir governos e programas de governo sem que a resolução dos seus problemas avance rapidamente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, a questão final que lhe ponho, que ponho ao IV Governo Constitucional, é a seguinte: será desta vez que a sociedade portuguesa vai deixar de pagar os custos das conquistas da Revolução?

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado representante do Partido Social-Democrata.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Valerá a pena, creio eu, que um grupo parlamentar, ao iniciar a sua intervenção neste debate, faça preceder de alguns considerandos os pedidos de esclarecimento que pretende formular.

Na verdade, um debate sobre um programa de Governo não é só a exposição, por parte deste, das linhas principais da acção que pretende desenvolver, dos critérios que o nortearão, das medidas que adoptará. É também, sabe-se, o seu julgamento por esta Assembleia. Julgamento em que não há critérios absolutos que possam impor-se a todos pela sua evidência. (Aí está a própria experiência a comprová-lo.) Mas em que a decisão tomada é função da ideia que se tem de si próprio e da sociedade. Ao julgar uma política é também a nós mesmos que nos definimos, que dizemos o que queremos ser.

Por isso, se não entende que se aprove uma política sem a apoiar. Ou que se desaprove sem tentar modificá-la ou substituí-la.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E essa, precisamente essa, é a responsabilidade com que todos e cada um de nós se defronta neste momento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Há ainda muitos portugueses para quem escolher um governo é uma espécie de acto mágico de investidura de vastíssimos poderes que passam por coisas como dar-lhes o que há muito esperam: a luz eléctrica, a escola, a casa melhor, a assistência na doença ou na velhice. Espera-se tudo e de imediato. Do III Governo Constitucional se chegou a dizer que de imediato baixaria o preço dos combustíveis. A ingenuidade da esperança não devia ser motivo de sorriso mas de reflexão. Por haver tantas esperanças cansadas de esperar. E por ser fácil transformar descontentamentos em soluções messiánicas, em mitologias, em desesperos.

Estará o Governo em condições de, responsabilmente, não esconder dificuldades, não correr atrás de popularidades fáceis, denunciar todas as demagogias, venham donde vierem? Poderemos, finalmente, saber, de uma vez por todas, as reservas de ouro e de divisas de que dispomos, os compromissos que assumimos — melhor dizendo que por nós assumimos —, os encargos que temos de pagar?

Voltando um pouco atrás. Há também muitos que do Governo esperam quem os descanse e por si pense. Talvez por isso persiste a ideia dos governos cabeça de corpo social.

Mas, não discutindo agora a ideia de corpo social — e aqueles que me conhecem sabem como gosto pouco da imagem —, talvez seja mais importante

pensar antes em termos de «tecido social», de um tecido que se entretete com as relações que entre si estabelecem os homens.

Direi sem receio de desmentido que a primeira interrogação, a primeira angústia de muitos portugueses é sobre o futuro da sua terra.

Acrescentarei que creio firmemente que um tecido social se mantém numa base de confiança. Confiança de cada homem noutros. Porquanto cada um de nós estabelece relações com outros nessa base; no hábito de conviver, no conhecimento pessoal directo ou indirecto, na previsão de comportamentos e atitudes conformes a umas quantas regras de conduta.

É por isso que é indispensável uma certa «estabilidade» do meio ambiente, e aí consiste boa parte (ao menos) do que se chama segurança.

Penso que um dos problemas dominantes da sociedade portuguesa neste final do ano de 1978 é um sentimento, difuso ou patente, de insegurança. Insegurança revelada por sinais que é difícil classificar como de causa ou efeito, como o acréscimo da criminalidade, mas que é mais profunda e tem a ver com o próprio futuro — repito — e até com o presente imediato.

Não deixa aliás de ser curioso que se atribua, de certo modo, aos governos, e muito em especial ao IV Governo, uma missão semelhante à que Hobbes definia para os soberanos: «Fazer com que homens tornados radicalmente diferentes, em desacordo acentuado, não se hostilizem e que se encontre uma certa estabilidade ambiente.» Ou seja, uma acção «compensadora» — no sentido psicológico do termo —, antialeatória das diferenças entre os Portugueses e os seus projectos, das situações muito diferentes em que se encontram, da liberdade das suas escolhas. Porque se fala muito dos riscos para a independência nacional — e deles, por certo, se falará ao longo do debate — e se fala menos do risco profundo que é o de os cidadãos da mesma pátria se não sentirem todos membros dela se o clima de confiança que une os cidadãos desaparecer, se os símbolos comuns deixarem para uns de ter o mesmo significado que para outros.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Será esta a intenção profunda do Governo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com estes considerandos — a bem dizer um só — que alguns esclarecimentos se afiguram importantes para enquadrar o debate. Apenas enquadrar, visto que outras questões serão posteriormente colocadas, e as que pretendo formular são as que, penso, colocam os comuns cidadãos que, não participando de negociações, começando a vê-las como coisa própria de «classe política», que vão aprendendo a criticar, têm naturalmente algumas questões prévias a colocar.

Na introdução ao Programa, uma primeira nota assinala não se ter processado a formação do IV Governo Constitucional nos moldes mais correntes da formação de governos nas democracias parlamentares e acrescenta-se que tal se verificou «por obstáculos praticamente insuperáveis». Em que consistiram esses obstáculos? E, ao contrário, que condições de viabilização foram oferecidas ao Governo? Nomeadamente,

contou o Governo com sugestões de nomes ou de actuações feita pelos partidos?

Pensa o Governo provável, e como fundamenta essa probabilidade, uma evolução no sentido da superação dos obstáculos verificados? Ou seja, pensa possível um acordo interpartidos ou um maior compromisso destes e sob que formas? Concretamente, verificaram-se divergências quanto à actuação proposta pelo Governo para resolver a crise económica? Ou essa foi uma área de consenso maioritário? Ou, pelo contrário, os «obstáculos insuperáveis» verificaram-se antes de discutido qualquer ponto programático?

Outro tipo de questões:

Quando o Sr. Primeiro-Ministro coloca a questão da sua legitimidade constitucional, entende que essa legitimidade plena lhe advém apenas do voto por via dos partidos aqui representados? E é nesse sentido que fala de um eventual consenso de não rejeição? Sendo certo, em acréscimo, no entanto, que como o Programa não esgota nem a acção do Governo nem o *contrôle* parlamentar, sempre haverá um exame caso a caso que, aí sim, implica co-responsabilização?

Finalmente, disse o Sr. Primeiro-Ministro que o Governo não renuncia a ajuizar da oportunidade da apresentação de uma moção de confiança. Poderá adiantar os parâmetros que o levariam, em princípio, a colocar a questão da confiança?

Naturalmente, outros esclarecimentos, mais directamente sobre o Programa, serão pedidos ou surgirão ao longo do debate.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado representante do Partido Socialista.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Foi o presente Governo formado nos termos do artigo 190.º da Constituição da República Portuguesa, pois o Presidente da República nomeou o Primeiro-Ministro, «ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos representados na Assembleia da República e tendo — no seu estrito conceito — em conta os resultados eleitorais».

Não se pode, porém, deixar de sublinhar a orientação política do Presidente da República no exercício dos seus poderes e competências. Ao considerar essencial à existência de um Governo de base partidária a formação prévia de uma maioria absoluta, estável e coerente, e não essencial tal requisito à existência de um Governo de independentes, pretendeu o Presidente da República, contrariamente ao que acontecera com os I e II Governos Constitucionais, assumir um real compromisso governativo. Tal compromisso presidencial deu, decerto, ao IV Governo alguns dos seus mais importantes contornos. Simplesmente, e como se demonstrou aquando do debate do Programa do III Governo, nenhum Governo pode subsistir na base da exclusiva confiança presidencial e sem o apoio desta Assembleia.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Até ao momento, o PSD e o CDS já deram o seu apoio ao IV Governo Constitucional.

Fizeram-no de forma clara, na base de uma efectiva adesão ao elenco e ao Programa ora em debate, começando desde logo pelo próprio critério de formação do Governo. Na verdade, ambos os partidos consideraram essencial ao actual momento político a formação de um governo de independentes. Pois bem, temos perante nós um governo de personalidades sem partido com base parlamentar PSD/CDS e perante o qual urge tomar posição.

Dissemos, aquando da queda do I Governo Constitucional, que deveriam formar Governo as forças políticas responsáveis por essa queda (*risos do PSD*), sugerindo até a chamada às funções de Primeiro-Ministro do *leader* do segundo partido mais votado: o PSD!

Confrontados hoje com uma realidade idêntica no fundo, mas dissemelhante na forma, julgamos ainda actuais as directrizes então formuladas. Hoje, como ontem, pensamos competir a solução da crise às forças políticas que a provocaram. Hoje, como ontem, pensamos que a crise governamental pode ser resolvida no quadro da actual Assembleia da República. Hoje, como ontem, pensamos que não há soluções nacionais que possam ser tomadas fora desta Casa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, como ontem, muito embora pensando serem prejudiciais à estabilidade política do País, não tememos eleições antecipadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, como ontem, consideramos essenciais o entendimento e a cooperação de todos os partidos representados nesta Assembleia, sem anátemas ou exclusões. Hoje, como ontem, pomos acima do interesse partidário o interesse nacional.

Vozes do PSD: — Está bem!

O Orador: — O PS é o maior partido português!

Uma voz do PSD: — Era!

Vozes do PS: — É!

O Orador: — Reconhecê-lo importa igualmente reconhecer que nenhuma solução política é possível contra o PS. Tal facto implica, certamente, a expectativa que rodeia a nossa tomada de posição neste debate.

Num sistema de partidos, como é o nosso, os governos têm normalmente base partidária, e é certamente esta realidade que o IV Governo reconhece ao afirmar não se ter a sua formação processado, «por obstáculos praticamente insuperáveis, nos moldes mais correntes da formação de governos nas democracias parlamentares, embora tenha decorrido em plena harmonia com as nossas regras constitucionais».

Não é aqui o momento azado para analisar o que se entende pelos tais «obstáculos praticamente insuperáveis», na sua realidade e na sua razão motivadora. Todavia, e admitindo muito embora a sua existência, pensamos que esta não exclui, antes pressupõe, que se definam neste debate os contornos de um bloco ou blocos de apoio e de uma oposição ou oposições de sentido, metodologia e conotação diferenciados.

O mecanismo constitucional faculta aos partidos a possibilidade de apresentarem moções de rejeição e impõem-lhes a definição do seu voto perante qualquer moção eventualmente apresentada por qualquer grupo parlamentar. O povo português, que aqui representamos, tem o direito de conhecer, com clareza, as razões pelas quais usamos ou não das faculdades constitucionais e o sentido e as razões do nosso voto, pois só assim poderá tirar as necessárias e urgentes conclusões políticas.

Um governo é sempre a expressão de um modelo ou fórmula previamente definidos e o seu programa não é, como é óbvio, o simples somatório das opções individuais dos seus Ministros e Secretários de Estado.

Não criamos quaisquer obstáculos a uma solução partidária, desde que respeitadora da vontade expressa do eleitorado. É que para nós, socialistas, há que respeitar a vontade popular não só no passado, em 1975 e em 1976, mas também no presente e sobretudo no futuro.

Aplausos do PS.

Pensando ser a formação de um governo de personalidades sem filiação partidária, e por isso não sufragadas pelo voto, um facto excepcional, pensamos também que tal impõe à Assembleia da República um mais intenso desenvolvimento de uma acção fiscalizadora que, deve dizer-se, ora se inicia com este debate. É que a discussão do Programa do Governo permitirá à Assembleia da República tomar boa nota dos compromissos perante si assumidos e, no caso de não ser aprovada a rejeição, definir as directrizes a que deverá obedecer a sua acção fiscalizadora e legislativa, que lhe permitirá corrigir erros e omissões, e procurar, se necessário, soluções diferentes. Em democracia há sempre soluções diferentes.

Do exposto resulta existirem do nosso lado grandes reservas e muitas dúvidas. Das primeiras fomos dando conhecimento, através dos órgãos partidários, à medida que se ia processando a formação do Governo, não deixando de causar grande preocupação o carácter profundamente conservador da sua composição e dos seus apoios. As segundas estarão no centro do presente debate, permitindo-nos, nas exposições que se vão seguir, dar delas conhecimento ao Governo e ao povo português, para que o primeiro a ambos esclareça, corrigindo até eventuais erros e omissões.

Sabemos que o PSD e o CDS não apresentarão nenhuma moção de rejeição e votarão contra qualquer moção de idêntico sentido. Sabemos também que o PCP apresentará uma moção de rejeição.

O PSD e o CDS optam, assim, por uma clara posição de apoio ao Governo, porque consideram, de resto, que à fórmula inicial — do seu agrado — se seguiu a concretização programática de pelo menos alguma das suas opções essenciais.

O PCP, opondo-se radicalmente ao IV Governo, apresentará uma moção de rejeição.

A nossa opção resultará, porém, sem quaisquer juízos *a priori*, da forma como o Governo souber e quiser esclarecer as nossas dúvidas e eliminar, ou pelo menos enfraquecer, as nossas reservas.

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, chegou o momento de formular algumas questões que julgamos necessário ver respondidas.

Em primeiro lugar, formulamos algumas questões de carácter geral.

Pretende o Governo manter um clima de diálogo com todos os grupos parlamentares? Pensa necessário o Governo efectivar também, periodicamente, reuniões com as direcções dos partidos ou pretende limitar o diálogo partidário a esta Assembleia?

Pensa o Governo as autonomias regionais como garantia da existência e consolidação das instituições democráticas adaptadas ao sentir das populações insulares? Que significa este conceito de adaptações? Pensa o Governo deverem coexistir duas formas de democracia, uma no continente e outra, «adaptada», na Madeira e nos Açores?

Agora vou pôr as questões de carácter sectorial.

O Governo reconhece a correcção da política definida pelos primeiros Governos Constitucionais. Ao adoptar um programa de estabilização o elemento fundamental desse programa consiste na redução da taxa de inflação, redução essa em grande parte concretizada nos oito primeiros meses deste ano. A política do Governo Nobre da Costa comprometeu este objectivo ao promover de forma acentuada a aceleração da inflação a partir do mês de Outubro. Da leitura do Programa do Governo fica-nos a convicção de que será mantida, neste domínio, a orientação do Governo Nobre da Costa. Irá o Governo corrigir os erros desta orientação, retomando, neste domínio, a política do II Governo Constitucional, por forma que a contenção da inflação venha a permitir, na altura devida, a redução da taxa de juro e do ritmo de desvalorização?

O Programa do Governo parece fazer algumas concessões a uma certa demagogia desenvolvimentista. Qual a taxa do crescimento do produto nacional bruto para 1979? Vai o Governo negociar ou não um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional? Vai o Governo retomar a política do II Governo Constitucional visando o estabelecimento do equilíbrio financeiro das empresas públicas em dificuldades, nomeadamente no sector dos transportes? Dentro de que período pensa o Governo apresentar a proposta de lei de revisão da Lei n.º 79/77, das autarquias locais, a que se refere o Programa a p. 74? O Orçamento, a apresentar até 15 de Fevereiro, nos termos do Programa — p. 45 —, terá já na devida conta o determinado pela Lei das Finanças Locais aprovada na Assembleia da República?

No que se refere à matéria ligada com a política da comunicação social, vê-se, a p. 89 do Programa, a promessa do tratamento igualitário dos sectores público, cooperativo e privado. Como se concilia esta promessa com o disposto no artigo 89.º da Constituição? E, na mesma matéria, como se concilia a promessa de tratamento igualitário dos órgãos da comunicação social, quer sejam do Estado, quer sejam privados? Como vai o Governo proceder? Deixa de subsidiar as empresas pertencentes ao Estado ou vai subsidiá-las do mesmo modo que subsidiará as empresas pertencentes à iniciativa privada?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa sublinhar defender o Governo uma política de concertação com os diversos parceiros sociais. Pergunta-se: no âmbito dessa política de concertação e da formação de um Governo com personalidades políticas não partidárias, como explica o Governo a presença no seu

elenco de um membro ligado a um partido político — o PPM — que aparece conotado com um parceiro social, a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP)?

Sr. Presidente, são estas as perguntas que numa primeira fase desejávamos pôr a esta Assembleia da República.

São estas, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, as perguntas para as quais o Partido Socialista deseja imediatamente, se possível, a resposta, sem prejuízo também das perguntas que no decorrer do debate iremos fazer em intervenções sectoriais e que nos permitirão formar uma opinião sólida, clara e efectiva.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, torna-se necessária uma nova reunião de representantes dos partidos, motivo pelo qual os convoco desde já para o meu gabinete no intervalo que vai seguir-se e que, como o anterior, será de trinta minutos.

Está interrompida a sessão.

Eram 18 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder aos Deputados intervenientes.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que V. Ex.^{as} têm uma noção exacta de como será árduo responder a um dilúvio torrencial de perguntas como aquele com que os grupos parlamentares quiseram corresponder a esta apresentação do Governo, na primeira sessão de apreciação do seu Programa. Mobilizando os meios de que disponho, as reminiscências da leitura do Programa e as reflexões possíveis neste curto espaço de tempo, vou passar a enfrentar essa série de perguntas.

Em primeiro lugar, dirigiu algumas questões ao Governo o Sr. Deputado da UDP. Começou por fazer uma série de afirmações que, sem intenção, não correspondem à verdade. Disse, por exemplo, que eu não me tinha referido, na minha intervenção de hoje, ao Programa do Governo e que este era o mesmo do Governo do engenheiro Nobre da Costa. Não é exacto, é evidente que me referi ao Programa. Comecei mesmo por dizer que a minha intervenção de hoje era introdutória, complementar e integradora do Programa escrito que já na quinta-feira passada tinha sido entregue aos Srs. Deputados. A crítica dos Srs. Deputados incide sobre este bloco incindível que é a minha intervenção e o Programa do Governo com o qual ela se liga.

Também não me parece que este Programa do Governo seja o mesmo do Governo do engenheiro Nobre da Costa. Não o é formalmente e não o é substancialmente. É visível o enquadramento político da acção do Governo e a perspectiva apontando para um objectivo de desenvolvimento no corredor estreito que as nossas condições actuais nos permitem está suficientemente vincada para haver algumas di-

versidades. Nem creio, aliás, que o engenheiro Nobre da Costa viesse invocar direitos de autor em relação ao Programa do IV Governo Constitucional.

Disse o Sr. Deputado que eu tinha falado dez minutos, para não repetir o discurso do engenheiro Nobre da Costa. Não é assim. E se eu, enfim, estivesse a sonhar, poderia até concluir que as minhas palavras tinham agradado ao Sr. Deputado da UDP, visto que, tendo eu falado cerca de vinte minutos, o tempo lhe pareceu tão curto que o reduziu a dez minutos.

Disse-me, seguidamente, que devíamos esclarecer o País, como é que com o mesmo Programa alcançariamos outros resultados em matéria de desemprego, de inflação, de combate aos *deficits* orçamentais. Sr. Deputado, tentaremos combater estes flagelos com as medidas referidas no Programa. Não é com uma ofensiva verbal e divorciada das realidades que os problemas se vencem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É com realismo, é com medidas apontadas à sua efectiva superação.

Por outro lado, é inegável que o Sr. Deputado da UDP não possui o monopólio dos bons sentimentos nem o exclusivo das boas intenções. O Governo tentará vencer estas dificuldades com medidas realistas e adequadas, que serão mais detalhadamente referidas nas exposições dos membros do Governo encarregados de partes sectoriais.

Finalmente, o Sr. Deputado indicou, acerca destes problemas, uma série de estatísticas que — permita-me que o diga — não têm muito a ver com a verdade objectiva. Assim, por exemplo, chegou à espantosa conclusão de que os salários reais estão neste momento a ser inferiores aos de 1968. Isso não é, manifestamente, verdade, embora o Governo, aliás, nada tivesse a ver com isso se fosse verdade. O Sr. Deputado não seja tão denegridor do pós-25 de Abril.

Risos do PS, do PSD e do CDS.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — É das estatísticas oficiais!

O Orador: — Permita-me que lhe faça esta exortação, para não denegrir tanto, com as suas estatísticas, o pós-25 de Abril.

Falou também no problema de Timor Leste e na posição que o Governo Português tinha tomado nas Nações Unidas ao reivindicar o estatuto de potência administrante. É evidente que era a única posição que o Governo Português podia adoptar. Trata-se, pura e simplesmente, de não aceitar que seja o facto a gerar o direito. Trata-se, pura e simplesmente, de não se curvar perante uma situação de facto. O Sr. Deputado poderá eventualmente não aceitar esta linguagem e identificar o direito com a razão da força. Nós identificamo-lo com a força da razão.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não aceitamos a situação efectivamente existente em Timor Leste e como tal reivindicamos a situação que existiria se não fosse a ocupa-

ção do território pela Indonésia. E a nossa actuação diplomática processar-se-á no respeito por esta linha de orientação.

O Partido Comunista Português, pela voz do Sr. Deputado Vital Moreira, com a linguagem acutilante que lhe é peculiar, formulou-me uma série de perguntas. E, também de acordo com o que é habitual, fê-las preceder de uma série de considerações, de um extenso discurso, que tinha talvez, na economia das suas palavras, mais importância do que as perguntas que me fez.

Assim, começou por dizer que o Governo não se coadunava integralmente com o sistema constitucional. E depois fez perguntas de acordo com esta ideia. Perguntou qual era o sentido deste Governo, o que significa, se pela sua composição e Programa é formado à revelia da Assembleia da República, se pretende afrontar a Assembleia e os partidos que o repelem, se não compreende que é afrontoso da democracia e da Assembleia da República.

Sr. Deputado, pois claro que não considero este Governo afrontoso da Assembleia da República. Eu considero que este Governo se coaduna com o sistema constitucional — e integralmente. Acho que não é um Governo que corresponda às fórmulas mais correntes dos sistemas democráticos parlamentares, mas que, de acordo aliás com as experiências históricas que vigoraram em muitos países democráticos — e só a esses me refiro —, é um Governo que respeita os imperativos constitucionais.

Pelos vistos, o Partido Comunista Português quer criar uma constituição paralela, talvez por hábitos análogos noutros domínios.

Risos do PSD e do CDS.

E entende com certeza que só é conforme à Constituição um Governo que satisfaça certas exigências que não são as que efectivamente a Constituição estabelece.

O Governo foi investido pelo Sr. Presidente da República, tem uma condição de subsistência. Compare aqui apoiado nessa base e vem aqui à Assembleia, que tomará uma decisão acerca da sua subsistência e da sua sobrevivência. Não é isto democracia? Não é isto respeito pela Constituição? Ou não será que efectivamente o Partido Comunista manipulará a Constituição de acordo com os seus interesses de conjuntura e de ocasião?

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Perguntou também o Sr. Deputado Vital Moreira se um regime de partidos é compatível com este Governo — enfim, a pergunta tem uma resposta já implícita no que eu disse — e quando é que o Governo pensa apresentar uma moção de confiança, e designadamente se o pensa fazer quando estiverem concluídos os mecanismos eleitorais.

O Governo não se compromete *a priori* a apresentar uma moção de confiança, uma vez aprontados os mecanismos eleitorais. Isso, aliás, fá-lo-á se a análise da conjuntura o levar a considerar essa solução oportuna. Mas este facto não priva, de maneira nenhuma, a Assembleia da República de exercer meca-

nismos de fiscalização e *contrôle* e, inclusivamente, de procurar actuar sobre a subsistência do Governo através dos mecanismos que lhe são próprios.

Não há nenhuma razão, portanto, para de uma forma tão inflamada, o Sr. Deputado nos increpar para apresentarmos uma moção de confiança no momento que ele acha adequado. Se o não fizermos, não estaremos a privar o funcionamento da articulação entre os Órgãos de Soberania. A Assembleia da República tem os mecanismos constitucionais para actuar, assumindo abertamente a respectiva responsabilidade, sem ter de estar à espera que sejamos nós a criar a oportunidade de manifestar a sua vontade.

Disse também o Sr. Deputado que o Governo era um «Governo de direita», recheado de personalidades com posições reaccionárias. A resposta a essa afirmação pressupõe uma questão prévia, que é a de se saber quem são em Portugal os reaccionários.

Risos do PCP.

Para os Governo os reaccionários são os que se opõem pela violência à aplicação das leis ...

Aplausos do PSD e do CDS.

O Orador: — ..., sejam eles de que quadrante forem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para nós os reaccionários são os sequestradores da Assembleia Constituinte em 1975 ...

Aplausos do PSD e do CDS.

... e aqueles que beneficiaram da sua cumplicidade ou que os aclamaram, como ainda recentemente imagens da televisão vieram reavivar no nosso espírito.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

Vozes do PCP: — Que vergonha!

O Orador: — Para nós reaccionários são todos aqueles que em entrevistas a jornalistas italianos declararam em dado momento que em Portugal nunca haveria parlamento nem democracia.

Aplausos do PSD e do CDS.

Vozes do PCP: — Que baixeza! Que rasteiro!

O Orador: — Olhando para a bancada do Governo, não vejo ninguém que se oponha pela violência à aplicação das leis, nem sequestradores da Assembleia Constituinte, nem quem tenha declarado a jornalistas italianos que em Portugal nunca haveria democracia nem parlamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que baixeza, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Quero, para terminar, dizer, a este respeito, que não reconhecemos a forças com um conceito e uma prática estalinista o direito de invocarem constantemente em vão o sagrado nome da democracia.

Aplausos do PSD e do CDS.

Protestos do PCP.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Quem é que o elegeu a si?

O Orador: — Perguntou o Sr. Deputado Vital Moreira se o Governo tinha filiados do PSD e estranhou que tivesse um membro de um partido monárquico.

O Governo não tem ninguém filiado em nenhum partido político a nível de Ministros.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — É só a nível de Secretários de Estado!

O Orador: — Tem, sim, em lugares executivos subordinados à decisão política do Conselho de Ministros e do Primeiro-Ministro.

O Sr. Cavalleira Antunes (PCP): — Os Secretários de Estado não são lugares políticos!?

O Orador: — Seguidamente, o Sr. Deputado fez uma série de perguntas sobre o carácter reacçãoário de alguns membros do Governo. Concretamente, referiu o caso do Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, Dr. Álvaro Monjardino, a quem atribui determinada idiossincrasia nas relações entre as regiões autónomas e o continente.

Já dei a resposta global a esta questão do que é que nós pensamos serem os reacçãoários. Quero, nessa lógica, dizer que o Sr. Ministro Adjunto foi eleito pela população açoriana para a Assembleia Regional e foi eleito duas vezes, por unanimidade, para Presidente da mesma Assembleia. Para além da sua qualificação técnica e da sua qualificação humana, a sua presença no Governo corresponde a uma intenção deliberada, que já há pouco referi, de aproximar ou fazer corresponder o Executivo a anseios, aspirações e realidades do todo português.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Orador: — A quem é que interessa vir aqui a esta Assembleia falar, numa linguagem discriminatória, contra a população açoriana?

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Aos separatistas de cá!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Quem é que falou nisso? Que grosseria!

O Orador: — O Sr. Deputado perguntou-me ainda se o Governo pensa mobilizar o povo português sem os trabalhadores e sem os partidos políticos de esquerda.

O Governo sabe que para levar a cabo uma tarefa que se impõe seja uma tarefa colectiva tem de exigir o concurso de todos os portugueses, mas repudia a

pretensão do PCP de ter o monopólio da representação dos Portugueses, e mesmo dos trabalhadores, dos quais só uma pequena parte vota no PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Falei em partidos, no plural!

O Orador: — O Sr. Deputado disse que o Programa do Governo referia o intento de tentar provar a compatibilidade da implantação do regime democrático com determinados pressupostos, a afirmação da autoridade do Estado, o respeito pelas leis e pelos direitos fundamentais, a vivência saudável do sentimento nacional e o começo do ataque aos males económicos.

O Governo diz que os pretende conciliar, porque tem a certeza que estes valores são conciliáveis. E pensa que um dos grandes perigos para a democracia está em acreditar, por miopia ou má fé de algumas forças, que o desencanto — que temos de reconhecer para o poder superar — com a democracia vem só da direita reacçãoária. Queremos contribuir para obstar a que assim seja, para que o povo português mantenha no seu pensamento o sentimento, a crença e a ideia da verdadeira vida democrática, embora sabendo que o PCP muito fez para matar nesse pensamento e nesse sentimento a crença no valor da democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Uma voz do PCP: — Onde é que esteve no tempo do fascismo, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — O Sr. Deputado disse também que o Governo pretendia combater o fascismo utilizando a sua linguagem. Isto a propósito do facto de o Governo fazer referência, como objectivo seu, à tentativa de vitalizar a confiança nos valores culturais portugueses.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não foi nada disso!

O Orador: — Ficamos a saber que defender a vitalização, equilibrada, moderada, sensata e realista, do sentimento nacional é para o PCP um comportamento próprio dos fascistas.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Já ouvi isso em qualquer parte!

O Orador: — Finalmente, o Sr. Deputado disse que este Governo pretendia erigir em divisa a lei e a ordem procurando tirar partido de conotações autoritárias desta fórmula.

Este Governo pensa promover a aplicação das leis de uma forma equilibrada, mas firme, no quadro constitucional e legal e no respeito pelos direitos dos Portugueses. É nesses termos que ele põe a sua acentuação na ideia da autoridade democrática do Estado. Esteja o Sr. Deputado descansado que nós não pensamos, nessa matéria, realizar violações dos direitos humanos, frequentes em bandas que lhe são caras.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Provocador!

O Orador: — O representante do CDS acusou o Governo de apresentar mais diagnósticos do que medidas no seu Programa e de ter medidas muito pouco especificadas. Perguntou qual o apoio do Governo, qual a autoridade em que se apoia. A este respeito quero dizer o seguinte: o Governo não se vai certificar previamente de apoios. O Governo não vai promover a formação de qualquer grupo, de qualquer base de apoio, para poder, permanentemente e de uma forma, por assim dizer, preestabelecida, dar apoio à sua política. O Governo preocupar-se-á com a adopção de medidas que entender adequadas à realização dos seus objectivos e que constem do seu Programa. O Governo tomará essas medidas e os apoios são os que lhe advierem relativamente às medidas que entender adequado e oportuno considerar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado perguntou ainda se o Governo pensava formar um verdadeiro acordo e em que áreas governamentais o iria buscar.

A esse respeito quero apenas dizer-lhe que o Governo não vai desenvolver uma acção específica e deliberada tendente à formação formal de qualquer acordo, mas gostaria que da sua prática e da prática do contacto com os partidos políticos, grupos parlamentares e suas direcções resultasse um encurtamento das distâncias entre todos os democratas.

Perguntou ainda o Sr. Deputado como é que o Governo pensava conciliar ou coordenar uma política de desenvolvimento com um política de equilíbrio orçamental. O Governo pensa tentar estabelecer essa ligação mitigando todas as políticas de curto prazo que possam ter influência negativa na política de desenvolvimento, lançando desde já as bases de preparação e elaboração do programa de médio prazo que fundamentará essa política. Uma explicação mais detalhada deste ponto terão os Srs. Deputados ocasião de a ouvir quando os Ministros encarregados das pastas económicas, designadamente o Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia, usarem da palavra.

Perguntou ainda o Sr. Deputado como é que o Governo pensa reforçar a consciência da identidade nacional nas escolas. O Governo pensa começar, logicamente, pelo princípio — como diria o Sr. De La Palisse —, e o princípio aqui é uma firme vontade política de o fazer.

Perguntou também se será desta vez que a sociedade portuguesa deixará de jogar as conquistas da Revolução. No nosso entender, há muitas modificações, muitas transformações da sociedade portuguesa chamadas conquistas da Revolução que são válidas, tais como o respeito pelos direitos do homem, o processo democrático de formação e *contrôle* de actividade dos Órgãos de Soberania, além de outros, como as nacionalizações, que devem ser respeitadas nos termos da Constituição e da lei da delimitação dos sectores público e privado, lei que deve ser explorada em todas as suas virtualidades. Pensa ainda que em ordem à defesa das conquistas da Revolução deve ser aplicada também a Lei da Reforma Agrária.

O representante do PSD, depois de extensas considerações, perguntou se a intenção real do Governo

era contribuir para uma mais concreta e real unidade entre os Portugueses. A isso respondo muito simplesmente dizendo: sim, resultou do nosso Programa e da minha declaração a ideia de que toda a nossa acção pretende ser, não uma acção dirigida a provocar afrontamentos, mas uma acção dirigida a congregar aproximações e identificações.

Perguntou ainda o Sr. Deputado em que é que consistiam os obstáculos a que o Governo não tivesse uma natureza diferente daquela que tem ao ser formado por elementos desvinculados dos partidos. Esses obstáculos são evidentes: há tomadas de posição notórias e públicas de partidos políticos com grande expressão nesta Assembleia manifestando a sua vontade ou a sua forte preferência pela não inclusão de elementos seus no elenco governamental. Creio que a este respeito não posso explicar o que de per si está explicado.

Perguntou-me se o Governo tinha contado com sugestões de nomes. O Primeiro-Ministro, durante a formação do elenco governativo, recebeu amidiadas vezes os representantes de todos os partidos, tendo-lhes apresentado para o preenchimento das pastas governativas mais do que um nome, nomes que correspondiam a alternativas reais existentes na sua mente. Fê-lo por uma vontade de dignificação dos partidos e por entender que esse era o processo mais conforme com o Estado democrático, onde os partidos políticos existem e são peças fundamentais da democracia. Naturalmente que o Primeiro-Ministro escolheu os Ministros, mas os pontos de vista, as observações e as sugestões fornecidas pelos partidos com assento nesta Assembleia pesaram no seu espírito e, nessa medida, concorreram para o processo causal de formação da sua vontade.

Perguntou-me também o que é que o Governo pensa relativamente a um acordo interpartidário. Em relação a esta questão — entendo, aliás, que não é problema do Governo —, o Governo pensa que um acordo interpartidário tanto pode revestir a forma acabada, solene e formal de um contrato entre forças políticas, como toda uma série de gradações, até à sua forma menos solene e menos convergente que é a coexistência ou a convergência de uma série de não oposições por parte de vários partidos desta Câmara. Entendo que a flexibilidade e a não pré-definição de quaisquer termos a este respeito são a solução mais adequada aos interesses da vida política democrática portuguesa.

O líder parlamentar do PSD perguntou-me também se quando falo da legitimidade constitucional do Governo entendo que ela resulta apenas de uma eventual não rejeição do seu Programa ou se, pelo contrário, exige mais elementos, tais como a fiscalização quotidiana da acção do Governo. É evidente que para mim o carácter constitucional legítimo deste Governo resulta da confluência de todos os factores que daí se relevam, desde logo a não rejeição do seu Programa na Assembleia da República e, num momento prévio, a indigitação e o empossamento pelo Sr. Presidente da República e a manutenção da confiança deste e, eventualmente, o decurso da sua vida exposto aos mecanismos constitucionais ao alcance desta Assembleia da República.

Finalmente, perguntou-me quais seriam os parâmetros dentro dos quais nós poderíamos pensar em apresentar numa moção de confiança. O Governo, aprioristicamente e neste momento, não diz em que

termos é que apresentará uma moção de confiança. O Governo terá o elementar cuidado de auscultar a situação em cada momento para tomar decisões que não sejam soluções rígidas preestabelecidas. Mas, em relação a este aspecto da moção de confiança, quero acrescentar — já o disse na minha intervenção de há pouco — que entendemos que a nossa sobrevivência pode resultar da apresentação de uma moção de confiança, mas também do nosso juízo sobre o dever de coerência elementar no caso de serem introduzidas medidas legislativas pelo Parlamento que nos obriguem a ajuizar dessa coerência.

Finalmente, o representante do Partido Socialista formulou-me várias perguntas, pondo em relevo a ideia de que esta não era uma solução normal. Não estou em desacordo com a afirmação — nós próprios afirmamos que esta solução não é corrente nas democracias parlamentares —, mas a isso acrescentamos que cá está a Assembleia da República para exercer uma acção continuada de fiscalização do Governo quanto à sua subsistência e quanto aos seus actos concretos de Governo.

Fez também referência a uma conotação do Governo com algumas forças políticas. Ora, o Governo para a sua sobrevivência não faz apelo especificado a nenhuma força democrática determinada, avulsa ou diferenciada. Faz apelo a todas elas e espera que da sua acção possa resultar uma actuação não inviabilizadora do conjunto das forças democráticas.

Fui inquirido sobre se o Governo pretende entrar em diálogo com os grupos parlamentares e com as direcções dos partidos. A resposta a estas duas perguntas está no Programa do Governo, mas tenho o maior gosto em, com o devido realce, com a ênfase que esta questão merece, dizer aqui solenemente que é um ponto de honra do Governo estabelecer periodicamente — uma curta periodicidade — mecanismos de contacto entre ele e os grupos parlamentares, não só quanto ao processo de funcionamento da Assembleia e da vinda do Governo aqui mas também quanto ao conteúdo das decisões políticas governamentais, tal como pensa ainda, a nível do Primeiro-Ministro, do Vice-Primeiro-Ministro e dos vários departamentos governamentais, estabelecer contacto periódico com as direcções dos partidos políticos aqui representados para revisão da situação e para apreciação do conteúdo da acção governativa. E digo isto aqui publicamente como um compromisso que efectivamente pensamos cumprir se desta Assembleia nos advier o resultado da não rejeição do nosso Programa.

O Sr. Deputado fez ainda referência a dúvidas que uma passagem do Programa lhe suscitou, quando diz que as autonomias regionais são para nós garantia das instituições democráticas adaptadas ao sentir dos povos insulares — suponho que era esta a frase. Quanto a isto, creio que as suas dúvidas resultam de um falso equívoco, que eu explicarei com todo o gosto. É que o Sr. Deputado perguntou o que é que significava essa adaptação, se significava que iríamos ter duas democracias. Na verdade não é assim e esclareço-o gostosamente de que a adaptação ao sentir e às aspirações dos povos insulares é a própria autonomia. Quer dizer: a própria autonomia regional é que é uma solução democrática que representa, ela própria, a adaptação ao sentir e às aspirações dos povos insulares.

Por último, o Sr. Deputado disse que esperava que o Governo não fizesse concessões à demagogia desenvolvimentista e nesta afirmação estava implícita uma interrogação a que respondo muito claramente dizendo que o Governo não pensa fazer concessões a nenhuma demagogia desenvolvimentista. O Governo tentará, nos parâmetros de uma política de estabilização que vem de trás, explorar ao máximo as virtualidades, no sentido do desenvolvimento, desses parâmetros e dessas limitações. O Governo crê, designadamente, que a taxa de desenvolvimento para o próximo ano não se poderá afastar, ou pelo menos não se poderá afastar sensivelmente, da deste ano, mas entende que a sua política imediata e imediatista, de curto prazo, deve eliminar tudo aquilo que em si mesmo represente um travão ou uma existência negativa numa política de desenvolvimento a médio prazo.

O Sr. Deputado perguntou-se ainda se o Governo iria renegociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Sobre isto dir-lhe-ei que o Governo pensa efectivamente renegociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas para isso e para a nossa posição negocial muito importante será o comportamento da economia portuguesa relativamente a pontos, a *plafonds*, a objectivos e a metas que foram definidos na carta de intenções e no acordo que lhe está ligado. O Governo naturalmente tentará fazer essa renegociação nas melhores condições, tentando, designadamente, conseguir as melhores aberturas para o desenvolvimento e procurando que os calcanhares de Aquiles da economia portuguesa possam ter soluções satisfatórias não frenadoras do desenvolvimento.

Em relação à sua pergunta sobre se o Orçamento tomará em conta a Lei das Finanças Locais, dir-lhe-ei que a lei, ao que suponho, não está ainda publicada, mas que o Orçamento a tomará em conta à medida que ela vá entrando em vigor e venha a ser regulamentada.

Perguntou-me ainda como é que o Governo pensava tratar os sectores público, privado e cooperativo, como é que pensava conciliar a aproximação de igualdade destes sectores com o artigo 89.º da Constituição. Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o tratamento paritário destes sectores será feito nos limites e no quadro dos preceitos constitucionais e será no exacto respeito pelas disposições constitucionais que esta directiva será aceite.

Acerca da imprensa perguntou-me também como é que o Governo pensava tratar paritariamente, pois que o diz no Programa, a imprensa estatizada e a imprensa privada. A este respeito a nossa posição é simples. A existência constitucional da liberdade de imprensa supõe a imprensa privada e para isso é necessário que a imprensa privada e a imprensa pública sejam tratadas em condições tanto quanto possível iguais, sob pena de haver concorrência desleal. Esta aspiração que eu aqui exprimo aprendi-a com credenciados e prestigiados jornalistas portugueses, entre os quais o Dr. Raul Rego.

É tudo o que tenho a dizer em resposta às perguntas que me foram formuladas.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Vital Moreira, para que efeito deseja usar da palavra?

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do PCP, quero formular um protesto.

Em primeiro lugar, quero protestar pela forma como o Sr. Primeiro-Ministro nomeado se permitiu tratar e responder às perguntas que, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, formulei.

É óbvio que não está em causa, não nos choca nem nos espanta que o Primeiro-Ministro tenha sobre as nossas perguntas pontos de vista diversos dos nossos, pois é isso o normal em regime democrático.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Não na União Soviética!

O **Orador**: — Mas o que não podemos considerar como legítimo é que um Primeiro-Ministro que se apresenta perante a Assembleia se permita fazer, do modo como o fez, uma deturpação, uma deformação das perguntas que lhe fizemos, chegando mesmo ao ponto de inventar algumas que não lhe foram feitas, só para se permitir não responder àquelas que efectivamente lhe foram feitas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Uma voz do CDS: — Demagogia barata!

O **Orador**: — Em segundo lugar, queremos protestar pelo modo arrogante e pouco digno como o Primeiro-Ministro nomeado se permitiu tratar o Partido Comunista Português.

Protestos do PSD e do CDS.

Evidentemente que qualquer cidadão pode ter do PCP as opiniões que bem lhe aprouver. Mas não é propriamente na qualidade de cidadão que o Sr. Primeiro-Ministro aqui está e não é propriamente em confronto com o PCP, mas com a Assembleia da República, que ele aqui se encontra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os Deputados do PCP estão aqui porque se submeteram à principal das provas de uma democracia, a prova do sufrágio popular. O Sr. Primeiro-Ministro não está aqui nessa qualidade.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a forma como o Sr. Primeiro-Ministro nomeado se permitiu responder às nossas perguntas e tratar um partido representado na Assembleia da República significa a inauguração de um estilo que representa o retrato de corpo inteiro daquilo que o Governo entende deverem vir a ser as relações com a Assembleia da República, então temos de dizer claramente ao Primeiro-Ministro que um pouco de humildade demo-

crática não lhe fica mal e que a arrogância não será provavelmente tolerada pela Assembleia.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Olha quem fala!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, suponho que para um contraprotesto.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, desejo fazer um contraprotesto muito breve, para deixar consignada a minha convicção — e creio que será generalizada — de que não tem qualquer significado a invocação que o Sr. Deputado fez pelo facto de eu estar aqui nesta bancada neste momento e não de ter sido eleito, visto que eu estou aqui através das vias constitucionais adequadas e exposto à apreciação da entidade constitucionalmente adequada.

Finalmente, desejo protestar, com toda a veemência, contra a forma discriminatória como o Sr. Deputado se permitiu dirigir-se ao Governo, em termos de uma acutilância e de uma agressividade evidentes. E, perante essa forma discriminatória como se dirigiu ao Governo, não me é permitido usar para com o PCP uma linguagem muito mais suave do que aquela que o Sr. Deputado usou para com o Governo.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — Opiniões!

O Sr. **Pedro Roseta** (PSD): — Tem a mania que é dono disto!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegou à Mesa um requerimento do Sr. Deputado Magalhães Mota, do PSD, pedindo para que seja suspenso o debate, voltando este a reatar-se no dia 6 do corrente, às 14 horas e 30 minutos. Como é legal, assim se fará.

Srs. Deputados, foi apresentado o projecto de lei n.º 159/I, apresentado pelo PSD, para a criação da freguesia da Coutada, no concelho da Covilhã, que baixou à 11.ª Comissão.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 45 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Magalhães da Silva.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Florêncio Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Jaime José Matos da Gama.
Jerónimo da Silva Pereira.
Joaquim Oliveira Rodrigues.

José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Gomes Fernandes.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Victor António Nunes de Sá Machado.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Diamantino José Dias.
 Jaime dos Santos Serra.
 Manuel Duarte Gomes.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

José Justiniano Tabuada Brás Pinto.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Fernandes da Fonseca.

António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João da Silva.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Rui Paulo do Vale Valadares.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Manuel Barata Portugal.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nicolau Gregório de Freitas.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 António Simões Costa.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto*.